

RESPOSTA À REVISTA CARTA CAPITAL

Em relação à reportagem “Sob a guarda dos lobos” (Edição 609 – 18 de agosto de 2010), a direção do Arquivo Nacional esclarece:

- ❖ É infundada a afirmação de que membros da Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN) teriam acesso irrestrito aos acervos da ditadura.
- ❖ As atividades de tratamento técnico dos documentos originais (organização, descrição, conservação, reprodução e difusão) são de inteira responsabilidade das instituições custodiadoras, como o Arquivo Nacional, arquivos públicos estaduais e outras entidades coletivas, públicas e privadas.
- ❖ Tais atividades são realizadas por funcionários das entidades e por profissionais ou estudantes universitários (estagiários) selecionados por essas mesmas entidades responsáveis pela guarda da documentação.
- ❖ O acesso ao banco de dados, que possui descrições dos acervos já tratados e, quando a legislação o permite, também imagens dos documentos, é livre a todo e qualquer indivíduo, nacional ou estrangeiro, que visite o sítio www.memoriasreveladas.gov.br.
- ❖ Quanto à atuação da ACAN no Centro de Referência Memórias Reveladas, aquela entidade limita-se ao apoio às ações de mecenato (Lei Rouanet) para aquisição de equipamentos, material de consumo e pagamento de serviços desenvolvidos nos arquivos públicos estaduais.
- ❖ Cabe esclarecer também que no Arquivo Nacional todo o tratamento do acervo desse período é feito com o orçamento do órgão, e não com recursos captados pela ACAN.
- ❖ Adicionalmente, oferecemos em anexo informações sobre o projeto de mecenato e sobre o atendimento aos interessados em consultar o acervo da ditadura.

Jaime Antunes da Silva
Diretor-Geral

ANEXO

MEMÓRIAS REVELADAS

ATENDIMENTO AOS INTERESSADOS (AGOSTO 2010)

- ❖ O acervo da ditadura sob guarda do Arquivo Nacional é constituído, hoje, de 16.577.194 páginas textuais; além de 1.363 mil metros lineares de papéis (com, por exemplo, fotografias), 220 mil microfichas e 110 rolos de microfilmes;
- ❖ De janeiro de 2006 a julho de 2010 o Arquivo Nacional atendeu 8.508 requerimentos de consulta ao acervo de documentos da ditadura. No período, foram entregues 176.242 cópias aos solicitantes.
- ❖ Deste total, 55% foram requerimentos de pessoas físicas; 38% (da Comissão de Anistia); 4% da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos; 2% de pesquisadores, acadêmicos e jornalistas e 1% de pessoas jurídicas e órgãos públicos.

PROJETO DE MECENATO – CENTRO DE REFERÊNCIA MEMÓRIAS REVELADAS

- ❖ O projeto de mecenato (Lei Rouanet) foi proposto pela Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN) e aprovado pelo Ministério da Cultura (Minc), em outubro de 2007.
- ❖ Captou R\$ 2,3 milhões em patrocínios de empresas estatais, por meio da Lei Rouanet (Lei 8.313/1991), para aquisição de equipamentos, material de consumo, pagamento de serviços e custos administrativos.
- ❖ São 14 ações de tratamento e difusão de acervos do período, com acompanhamento técnico do Arquivo Nacional, que foram ou estão sendo desenvolvidas.

Patrocínios captados pela Acan para o Centro de Referência Memórias Reveladas:

- ❖ **Petrobras** – R\$ 633.625,00 – Arquivo Público do Espírito Santo, Arquivo Público de São Paulo e Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná.
- ❖ **Caixa Federal** – R\$ 447.675,00 - Arquivo Público do Estado do Maranhão, Associação de Arquivistas de São Paulo, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (2ª fase).
- ❖ **Eletrobrás** – R\$ 298.830,00 - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (1ª fase)
- ❖ **BNDES** – R\$ 425.553,00 - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Pernambuco) e Centro de Informação e Documentação Arquivística.
- ❖ **Banco do Brasil** – R\$ 502.780,00 - Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público Estadual de Alagoas, Arquivo Público do Estado do Ceará, Arquivo Público do Estado de Sergipe, Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte.